



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista em Gestão Especializado de Defensoria  
Administração**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Estudo de Caso

**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Entender o passado ajuda a melhorar o presente e o futuro.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

**A velhice na sociedade industrial**

*Durante a velhice deveríamos estar ainda engajados em causas que nos transcendem, que não envelhecem, e que dão significado a nossos gestos cotidianos. Talvez seja esse um remédio contra os danos do tempo. Mas, pondera Simone de Beauvoir, se o trabalhador aposentado se desespera com a falta de sentido da vida presente, é porque em todo o tempo o sentido de sua vida lhe foi roubado. Esgotada a sua força de trabalho, sente-se um pária, e é comum que o escutemos agradecendo sua aposentadoria como uma esmola.*

*A degradação senil começa prematuramente com a degradação da pessoa que trabalha. Esta sociedade pragmática não desvaloriza somente o operário, mas todo trabalhador: o médico, o professor, o esportista, o ator, o jornalista.*

*Como reparar a destruição sistemática que os homens sofrem desde o nascimento, na sociedade da competição e do lucro a qualquer preço? Cuidados geriátricos não devolvem a saúde física nem mental. A abolição dos asilos e a construção de casas decentes para a velhice, não segregadas do mundo ativo, seria um passo à frente. Mas haveria que sedimentar uma cultura para os velhos com interesses, trabalhos, responsabilidades que tornem digna sua sobrevivência. Como deveria ser uma sociedade para que, na velhice, o homem permaneça um homem? A resposta é radical para Simone de Beauvoir: "seria preciso que ele sempre tivesse sido tratado como homem".*

*Para que nenhuma forma de humanidade seja excluída da Humanidade é que as minorias têm lutado, que os grupos discriminados têm reagido. A mulher, o negro, combatem pelos seus direitos, mas o velho não tem armas. Nós é que temos de lutar por ele.*

(Adaptado de: BOSI, Ecléa. **Lembranças de velhos**. S. Paulo: T. A. Queiroz, 1983, p. 38-39)

1. Uma cláusula para o encaminhamento de uma velhice digna está enunciada no seguinte segmento do texto:
  - (A) *é comum que o escutemos agradecendo sua aposentadoria* (1º parágrafo)
  - (B) *Esta sociedade pragmática não desvaloriza somente o operário* (2º parágrafo)
  - (C) *destruição sistemática que os homens sofrem desde o nascimento* (3º parágrafo)
  - (D) *sedimentar uma cultura para os velhos* (3º parágrafo)
  - (E) *os grupos discriminados têm reagido* (4º parágrafo)

---

2. De acordo com as posições da autora, seria de fundamental importância que, na velhice, as pessoas
  - (A) alcançassem, de modo irrefutável, o direito ao repouso e à reflexão sobre os anos de trabalho exaustivo e mal recompensado.
  - (B) reouvessessem as armas com as quais, ainda na juventude, buscaram resistir às pressões do mundo do trabalho.
  - (C) não perdessem a condição de quem opera em favor das causas que dignificam a atividade de quem luta.
  - (D) cultivassem nostalgicamente o sentido que as atividades profissionais exercidas na juventude conferiram à sua vida produtiva.
  - (E) soubessem resgatar as experiências acumuladas, de modo a testemunhar afetivamente em favor de seu passado.

---

3. Constituem uma causa e seu efeito, nesta ordem, os segmentos:
  - (A) *Talvez seja esse um remédio / contra os danos do tempo* (1º parágrafo)
  - (B) *o sentido de sua vida lhe foi roubado / o trabalhador aposentado se desespera* (1º parágrafo)
  - (C) *A degradação senil começa prematuramente / não desvaloriza somente o operário* (2º parágrafo)
  - (D) *reparar a destruição sistemática / os homens sofrem desde o nascimento, na sociedade da competição e do lucro* (3º parágrafo)
  - (E) *Para que nenhuma forma de humanidade seja excluída / o velho não tem armas* (4º parágrafo)



4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *engajados em causas que nos transcendem* (1º parágrafo) = imbuídos de teses que nos favorecem.
  - (B) *A degradação senil começa prematuramente* (2º parágrafo) = O retrocesso geriátrico principia aleatoriamente.
  - (C) *não segregadas do mundo ativo* (3º parágrafo) = excluídas do universo produtivo.
  - (D) *haveria que sedimentar uma cultura* (3º parágrafo) = dever-se-iam fundamentar os valores culturais.
  - (E) *os grupos discriminados têm reagido* (4º parágrafo) = os segmentos isolados vêm ativando.
- 
5. Está clara e correta a seguinte **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Por estarem desarmados, os velhos precisam contar com aqueles que, sensibilizados com essa sua condição, lutem por eles.
  - (B) A velhice, segundo Simone de Beauvoir, não apenas é roubada em si mesma, espelhando um longo processo de degradação senil.
  - (C) Faz-se inteiramente inócuas as medidas em favor dos velhos que não se justifiquem por sua condição de desamparo profissional.
  - (D) Seria necessária uma nova e fecunda cultura, espelhando uma época onde os valores positivos da velhice fossem ressaltados e respeitados.
  - (E) Não pode haver humanidade, neste sentido, caso a Humanidade não se imponha como um atributo em cujo os velhos possam se incluir.
- 
6. Há construção na **voz passiva**, bem como adequada correlação entre **tempos e modos verbais**, na frase:
- (A) Se, em nossa velhice, ainda estivéssemos engajados em causas políticas maiores, bem mais digna será nossa condição de vida.
  - (B) Por lhes ter sido roubado o sentido mesmo de viver, os trabalhadores aposentados chegam a se desesperar com tamanho vazio.
  - (C) Desde que a sociedade passou a glorificar a competição e o pragmatismo, os homens veriam desvalorizados seus ideais mais nobres.
  - (D) Fossem outros os valores de nossa sociedade, em lugar do atual pragmatismo vicioso, outra cultura poderá incluir com justiça os velhos trabalhadores.
  - (E) No caso de que viesse a encontrar quem lute por ele, o velho terá reconhecido nesse apoio uma comprovação de nossa humanidade.
- 
7. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o vocábulo sublinhado na frase:
- (A) Para Simone de Beauvoir, não (**faltar**) a um velho aposentado razões para se desesperar com a ausência de sentido de toda a sua vida.
  - (B) A cada vez que nos (**impor**) a sociedade pragmática suas regras de competição, sentimos um esvaziamento dos valores.
  - (C) Talvez não se (**poder**) jamais reparar, em nossa sociedade, os prejuízos que advieram de tanto pragmatismo em ação.
  - (D) A saúde física e a mental não se (**devolver**) àquele que as perdeu numa vida cujo sentido foi inteiramente esvaziado.
  - (E) É fundamental que às minorias (**caber**) amparar todos aqueles que não contam com armas para lutar por seus direitos.
- 
8. A supressão da vírgula **altera** o sentido da frase:
- (A) Tenham toda a nossa admiração os velhos aposentados, aos quais não faltou lutar por seus sonhos.
  - (B) Em seus textos de circulação internacional, Simone de Beauvoir batalhou muito pelos direitos das minorias.
  - (C) Muitos têm lutado com vigor, apesar das adversidades que poderiam desanimá-los.
  - (D) Como prova mesmo de nossa humanidade, devemos nos engajar nas lutas pelos mais desprotegidos.
  - (E) Não pode haver plena reparação, no caso de uma injustiça ter sido perpetrada por tantos e tantos anos.



**Atenção:** As questões de números 9 a 12 referem-se ao texto seguinte.

### Ciência e esoterismo

Como físico, não cabe a mim tentar explicar o porquê da irresistível atração que tantas pessoas têm pelo esoterismo, pelo que está além do que chamamos de fenômenos naturais. Mas posso ao menos oferecer uma conjectura. Por trás desse fascínio encontramos nosso próprio desejo de nos situarmos melhor emocional ou profissionalmente em nossas vidas. Nesse sentido, a atração pelo esoterismo força as pessoas a uma autorreflexão que pode ser muito importante como veículo de autoconhecimento.

Mas como físico cabe a mim fazer o papel de chato e argumentar contra a crença na existência desses fenômenos esotéricos no mundo natural. O fato é que as “provas” que costumam ser oferecidas, nesses casos, misteriosamente se recusam a sobreviver quando testadas no laboratório sob o escrutínio do cientista ou após uma análise quantitativa mais detalhada. Os cientistas não precisam “acreditar” nos resultados de outro cientista: basta repetir o experimento em seu próprio laboratório, em condições idênticas, e os mesmos resultados devem ser encontrados.

(Adaptado de: GLEISER, Marcelo. **Retalhos cósmicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 43-44)

9. O autor do texto é também um reconhecido professor e físico de renome internacional, para quem os fenômenos esotéricos
- (A) importam apenas como evidências científicas cujas leis e propriedades ainda estão por serem determinadas.
  - (B) são fixações irracionais apenas dos que neles acreditam e que não tiram disso proveito de qualquer espécie.
  - (C) sugerem tão somente nosso desejo de projetarmos para nós mesmos aberturas para uma vida mais favorável.
  - (D) deveriam ocorrer apenas em laboratórios devidamente equipados para repeti-los a cada vez que se tornasse necessário.
  - (E) trariam benefícios reais apenas para os que neles acreditam, razão pela qual não podem ter validade científica.
- 
10. O escrutínio dos cientistas e a possibilidade de repetição de uma experiência em laboratório
- (A) constituem algumas das condições para que a realidade de um fenômeno seja cientificamente comprovada.
  - (B) são provas de que a ciência não se deixa atrair pela singularidade de uma ocorrência que pareça inexplicável.
  - (C) são meios para se comprovar a validade de leis ou postulados científicos já previamente determinados, os quais não devem ser questionados.
  - (D) constituem operações necessárias para que a ciência possa distinguir entre as experiências esotéricas reais e as imaginárias.
  - (E) condicionam as conclusões a que chegam os físicos que têm por princípio não acreditar na evidência dos fenômenos.
- 
11. Está correta a seguinte observação relativa a um procedimento da redação desse texto:
- (A) a frase *Mas posso ao menos oferecer uma conjectura* tem o mesmo sentido de **Pelo menos posso reiterar uma hipótese**.
  - (B) o emprego de **aspas** em “provas” indica o desejo do autor de dar ênfase aos elementos de comprovação do fenômeno referido.
  - (C) a expressão *Por trás desse fascínio* revela que o autor, como qualquer outro ser humano, se sente hipnotizado pela força do esoterismo.
  - (D) o emprego da expressão *fazer o papel de chato* é indicativo de que o autor não foge ao uso formal da língua.
  - (E) há efeito de **ironia** no uso que faz o autor do segmento *misteriosamente se recusam a sobreviver*.
- 
12. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente respeitadas na frase:
- (A) Não convêm aos cientistas em geral e aos físicos em particular acreditar em fenômenos cuja ocorrência não possa ser analisada de modo objetivo.
  - (B) Depreendem-se dessas observações que existe condições necessárias para que a observação dos fenômenos tenham validade científica.
  - (C) Reservam-se aos esotéricos de todo tipo a restrição que cabe levar em conta quando se quer apurar a evidência de um fenômeno real.
  - (D) Atribuem-se às pessoas mais crédulas o fascínio que sobre elas exercem os fenômenos que julgam tão mágicos quanto verdadeiros.
  - (E) Constituem-se como méritos reais da ciência as leis invariáveis que comprovam a materialidade de um fenômeno adequadamente observado.



**Atenção:** As questões de números 13 a 15 referem-se ao texto seguinte.

### A razão do julgamento

– Não quero que você me julgue! Quem é você pra me julgar?

Frases como essas exprimem nossa reação ao valor que o outro nos atribuiu. O julgamento torna-se ofensivo, em certas circunstâncias, sobretudo quando não reconhecemos no próximo o direito de nos julgar. No entanto, não sabemos viver sem emitir um juízo a respeito de tudo. É preciso reconhecer a existência de uma área comum, onde os valores se definam e se equilibrem a partir de critérios claros e consensuais. Ninguém dirá a um juiz de direito “quem é o senhor para me julgar”: se estamos diante dele, é porque houve a necessidade de se recorrer às leis para se proferir um julgamento. É essa uma das garantias de que o nosso processo civilizatório tenha futuro e sentido.

(Aníbal Tolentino, inédito)

13. Deve-se entender do texto que a ação de julgar ou ser julgado
- (A) é em si mesma ofensiva, pelo fato de não admitirmos que possamos cometer algum deslize merecedor de censura.
  - (B) legitima-se quando o julgamento se formaliza com base em leis já estabelecidas, aplicadas por quem de direito.
  - (C) é inerente ao ser humano, não sendo necessária a instituição de qualquer consenso para legitimar seus efeitos.
  - (D) provém da instabilidade dos nossos valores, razão pela qual o processo civilizatório está em crise permanente.
  - (E) demanda nossa disposição para nos submetermos ao arbítrio de um quadro de valores estabelecidos por mera convenção.
- 
14. No contexto, o segmento sublinhado encontra correta e adequada tradução de sentido em:
- (A) Frases como essas exprimem nossa reação = ilustram nossa invectiva
  - (B) O julgamento torna-se ofensivo, em certas circunstâncias = quando mais não seja
  - (C) não sabemos viver sem emitir um juízo = reverberar uma convicção
  - (D) É preciso reconhecer a existência de uma área comum = um terreno consensual
  - (E) houve a necessidade de se recorrer às leis = ir de encontro à legislação
- 
15. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto.
- (A) É comum que nos irritamos com o julgamento que provir do outro, uma vez que nos julgamos acima dele.
  - (B) Conquanto não nos furtemos a julgar os outros, irrita-nos a possibilidade de eles exercerem esse mesmo direito.
  - (C) Afim de que o processo civilizatório obtenha sentido, o respeito às leis é uma condição de cuja não se pode abrir mão.
  - (D) Se alguém se dispôr a ignorar a autoridade de um juiz, incorrerá literalmente em grave pena de desacato.
  - (E) Caso alguém se abstenha de emitir juízos de valor, deixará ao outro a iniciativa de julgá-lo sem direito à réplicas.

### Conhecimentos Jurídicos e Institucionais

16. Considere os seguintes sujeitos.
- I. Aquele cuja insuficiência de recursos não lhe permite pagar as custas processuais e os honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.
  - II. Aquele que percebe até 3 salários mínimos mensais.
  - III. Aquele que possui mais de 5 dependentes financeiramente.
  - IV. Aquele que possui doença congênita.
- Conforme estabelece a Lei Complementar nº 1/90, o conceito de necessitado está inserido na definição contida nos itens
- (A) I, III e IV, apenas.
  - (B) I, II, III e IV.
  - (C) II e III, apenas.
  - (D) I, II e III, apenas.
  - (E) I e II, apenas.



17. Quanto à competência dos Defensores Públicos do Estado do Amazonas, a Lei Complementar nº 1/90 estabelece que
- (A) a tentativa de composição amigável das partes antes da promoção da ação cabível deve ser feita obrigatoriamente.
  - (B) o Defensor não tem competência para ajuizar e acompanhar as reclamações trabalhistas.
  - (C) o Defensor deve atuar nos estabelecimentos policiais e penitenciários para assegurar direitos e garantias individuais.
  - (D) o Defensor não tem competência para exercer a defesa dos praças da Polícia Militar.
  - (E) a prestação de assistência jurídica aos consumidores lesados cabe apenas ao Defensor de Primeira Entrância.

18. Considere os seguintes itens:

- I. o conjunto de atribuições conferidas a um cargo.
- II. o escalonamento hierárquico de desenvolvimento profissional de um cargo, com idênticas atribuições, responsabilidades e vencimentos, representados pelas letras de "A", "B" e "C".
- III. o indicativo da posição do cargo nas escalas de vencimentos.
- IV. o aglutinamento de disciplinas de atuação de naturezas distintas em um mesmo cargo, diversificando as funções e as respectivas atribuições, respeitada a formação escolar do seu ocupante, a legislação profissional e os regulamentos do serviço.
- V. o aglutinamento de diferentes áreas de atuação em um mesmo cargo, diversificando-se as funções e as respectivas atribuições, respeitada a formação escolar do seu ocupante, a legislação profissional e os regulamentos do serviço.

Conforme dispõe a Lei nº 4.077/2014, esses itens definem, respectivamente,

- (A) multidisciplinaridade, padrão, classe, multifuncionalidade e função.
- (B) função, padrão, classe, multidisciplinaridade e multifuncionalidade.
- (C) multifuncionalidade, classe, padrão, função e multidisciplinaridade.
- (D) função, classe, padrão, multidisciplinaridade e multifuncionalidade.
- (E) multidisciplinaridade, classe, padrão, função e multifuncionalidade.

19. Considere os símbolos nacionais:

- I. língua portuguesa.
- II. bandeira nacional.
- III. hino nacional.
- IV. armas nacionais.
- V. selo nacional.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que são símbolos da República Federativa do Brasil APENAS o contido em

- (A) I, III, IV e V.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, II, III e V.
- (E) I, II, IV e V.

20. A Constituição Federal de 1988 estabelece, como regra geral, que são inalistáveis e inelegíveis como eleitores

- (A) analfabetos.
- (B) estrangeiros.
- (C) maiores de 70 anos.
- (D) maiores de 16 anos e menores de 18 anos.
- (E) que alegarem motivos de crença religiosa.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Uma empresa do ramo de logística optou, em função das características de seu negócio e do mercado em que atua, pela criação de diversas unidades situadas em diferentes localidades, todas operando autonomamente, caracterizadas como centros de resultado, inclusive com as respectivas apurações de lucro ou prejuízo. A estrutura adotada pela referida empresa é de natureza
- (A) regionalizada.
  - (B) divisional.
  - (C) organizacional.
  - (D) delegada.
  - (E) racionalizada.
- 
22. Celso, gestor público em uma Fundação de apoio à pesquisa científica e inovação tecnológica, entre as atividades próprias de administrador que exerce, desempenha aquelas inseridas no âmbito de controle. A atividade que pode ser assim enquadrada é:
- (A) Indução do ajuste espontâneo dos esforços individuais aos objetivos institucionais da Fundação.
  - (B) Integração das atividades dos diferentes setores da Fundação, harmonizando a atuação de todos.
  - (C) Fixação de diretrizes para atuação da Fundação no curto, médio e longo prazo.
  - (D) Análise dos resultados alcançados pela Fundação comparativamente com aqueles fixados em seu planejamento estratégico.
  - (E) Diagnóstico interno das competências disponíveis na Fundação e sua adequação aos desafios do cenário externo em que atua.
- 
23. A evolução dos conceitos e técnicas de administração de pessoas, também denominada gestão de recursos humanos, apresentou uma tendência à descentralização, notadamente com a discriminação de duas diferentes espécies de atuação:
- (A) o modelo de planejamento contingencial, ligado ao ambiente, e o modelo funcional, ligado à estrutura.
  - (B) a atividade de treinamento, preferencialmente terceirizada, e a atividade de coordenação, com pessoal próprio.
  - (C) a função de comando, de natureza hierárquica, e a função de gerenciamento, que independe de posição funcional.
  - (D) a função de *staff*, mantida na área de gerenciamento de RH, e a autoridade de linha, conferida a cada gestor em relação aos seus subordinados.
  - (E) a função de autoridade, ligada ao comando e à disciplina, e a função de gestão, ligada à coordenação.
- 
24. A seleção de pessoas é uma etapa logicamente subsequente à de recrutamento. O objetivo básico do recrutamento é abastecer o processo seletivo de candidatos e o da seleção é escolher os candidatos adequados às necessidades da organização. Como processo, a seleção pode se dar de acordo com diferentes modelos, entre os quais, o modelo de colocação
- (A) quando há vários candidatos e apenas uma vaga passível de ser ocupada, destinada ao melhor colocado.
  - (B) no qual os candidatos selecionados são classificados para os diferentes postos de trabalho disponíveis.
  - (C) em que há somente um candidato e uma vaga, devendo a mesma ser preenchida sem rejeição ao candidato.
  - (D) do qual decorre um vício no processo, que pode ser nepotismo ou corporativismo.
  - (E) que direciona os candidatos selecionados à posição mais adequada ao perfil correspondente.
- 
25. Entre as diversas metodologias de administração de materiais destaca-se a curva ABC, segundo a qual os itens de material são classificados
- (A) pela importância relativa no processo produtivo, divididos em insumos antecedentes, básicos e complementares.
  - (B) de acordo com sua aplicação na organização, como artefatos, benfeitorias e de consumo.
  - (C) por tempo de duração médio no estoque, com cálculo de acordo com o índice de rotatividade.
  - (D) pelo índice de reposição estimado em função da vida útil ou prazo de validade do item de material.
  - (E) por valor de demanda, de acordo com sua importância, geralmente financeira.
- 
26. Considere que determinada organização adote, como alternativa para administração de cargos e salários, o modelo de remuneração funcional. Isso significa que
- (A) a remuneração do funcionário está atrelada ao cargo ocupado, tomando por base o valor relativo do cargo na empresa e no mercado de trabalho.
  - (B) a remuneração é função direta da habilidade do empregado e não está relacionada, necessariamente, com o cargo ocupado.
  - (C) adota o princípio da remuneração por competência, tomando por base a relevância do empregado do ponto de vista de captação de mão-de-obra.
  - (D) pratica um sistema de relação direta entre o valor da remuneração individual e o peso relativo da contribuição do empregado no produto final.
  - (E) os benefícios indiretos são considerados mais relevantes que o salário e benefícios diretos, priorizando-se a qualidade de vida do empregado.



27. Uma determinada empresa pública, que atua no setor de saneamento básico, pretende implementar um programa de treinamento de seu pessoal, utilizando, preferencialmente, técnicas aplicadas no próprio ambiente do trabalho, conhecidas como *on the job*. Nesse diapasão, aplicou aos servidores submetidos ao referido treinamento o acréscimo de tarefas de nível superior bem como alguns deslocamentos verticais, o que corresponde ao conceito de
- (A) indução de tarefas.
  - (B) rotação de cargos.
  - (C) extensão de tarefas.
  - (D) ampliação de cargos.
  - (E) responsabilização indireta.
- 
28. Uma determinada entidade pública pretende implementar metodologia tradicional de avaliação de desempenho, que não apresente grau significativo de complexidade. Os consultores contratados para tal escopo indicaram o método denominado Escala Gráfica. A sugestão apresentada pelos consultores afigura-se
- (A) inadequada, pois o método pressupõe diversas entrevistas com todos aqueles que se relacionam com o avaliado.
  - (B) adequada, pois o método consiste na utilização de um formulário com fatores de avaliação pré-definidos e a correspondente graduação.
  - (C) adequada, eis que o método se resume ao registro de aspectos positivos e negativos do comportamento do avaliado.
  - (D) inadequada, tendo em vista que sua aplicação demanda observação da conduta do avaliado em relação à definição dos objetivos organizacionais.
  - (E) adequada, pois o método nada mais é do que uma comparação binária entre os avaliados.
- 
29. Uma das teorias que buscam explicar o fenômeno da motivação no âmbito organizacional é conhecida como Teoria das Necessidades Adquiridas, a qual
- (A) classifica as necessidades humanas de acordo com uma hierarquia a partir das fisiológicas, seguindo para as sociais e culminando com as de autorrealização.
  - (B) destaca, como motivos ou necessidades que orientam o comportamento do indivíduo, a realização, a afiliação ou poder.
  - (C) separa os fatores motivacionais em intrínsecos e extrínsecos, estes últimos representativos das necessidades adquiridas socialmente e os primeiros atrelados a características inatas.
  - (D) se baseia em uma concepção negativa da natureza humana, propondo como fator motivacional a indução e o reforço negativo.
  - (E) considera que as necessidades do indivíduo somente são atendidas mediante a conjugação de fatores psicológicos e sociológicos.
- 
30. A teoria caminho-meta ou caminho-objetivo, desenvolvida por Robert House, a partir dos estudos da Universidade de Ohio, identifica e detalha diferentes comportamentos de liderança e a sua adequação às contingências ambientais e a características dos subordinados. Entre eles, a liderança
- (A) autocrática, que não leva em conta as necessidades dos liderados, mas é a única viável em situações de conflito instalado.
  - (B) participativa, adequada para liderados de baixa capacitação e pouca motivação.
  - (C) apoiadora, semelhante à “estrutura de iniciação” e adequada quando os liderados não realizam tarefas estruturadas.
  - (D) carismática, que induz a uma alta motivação dos liderados e é adequada para tarefas desafiadoras.
  - (E) diretiva, adequada quando as tarefas são ambíguas, mas que pode ser percebida como redundante por liderados experientes.
- 
31. Cultura e clima organizacional são conceitos diferentes, porém com alguns pontos de intersecção. De acordo com a literatura sobre referidos temas, os denominados pressupostos básicos correspondem
- (A) aos aspectos mais ostensivos da cultura de uma organização, que influenciam no clima.
  - (B) aos aspectos determinantes do clima organizacional, decorrentes da cultura dominante.
  - (C) aos valores da organização, que integram a camada intermediária da cultura.
  - (D) ao ponto de ligação entre clima e cultura organizacional, representando os aspectos extrínsecos de ambos.
  - (E) à camada mais profunda da cultura organizacional, como crenças e percepções, não observável com facilidade.
- 
32. No bojo das iniciativas de qualidade na Administração pública destaca-se o modelo de excelência em gestão da Fundação Nacional da Qualidade – FNQ, que apresenta, entre seus fundamentos, o denominado pensamento sistêmico, consistente no
- (A) modelo de governança preconizado para que a organização atinja o nível de excelência em qualidade.
  - (B) sistema de gerenciamento de indicadores e metas voltado à melhoria da atuação da organização.
  - (C) entendimento das relações de interdependência entre os diversos componentes da organização, bem como entre a organização e o ambiente externo.
  - (D) sistema de gestão estratégica com fixação de critérios de desempenho alinhados com a missão da organização.
  - (E) conceito amplo de avaliação de desempenho, fundado em *benchmarks* do setor em que atua a organização.





33. Uma determinada autarquia pretende alienar parcela de seu patrimônio imobiliário, permanecendo apenas com a propriedade de seu edifício sede, eis que os demais imóveis não estão afetados a suas finalidades, tendo sido adquiridos em processos de execução judicial mediante adjudicação. Para tanto, procedeu à avaliação individualizada dos bens e efetuou a venda direta de parcela significativa desse patrimônio, mediante chamamentos públicos a potenciais interessados, publicados no Diário Oficial e em jornais de grande circulação. De acordo com as disposições aplicáveis da Lei nº 8.666/1993, o procedimento adotado pela Autarquia afigura-se
- (A) correto, fundado no princípio da eficiência, que afasta a necessidade de procedimento licitatório para alienações quando observados os preços e critérios praticados no mercado.
  - (B) ilegal, pois não se vislumbra enquadramento em hipótese normativa de dispensa ou inexigibilidade de licitação, podendo, contudo, ser realizada na modalidade leilão e não necessariamente mediante concorrência pública.
  - (C) legal, tendo em vista a existência de previsão legal expressa para dispensa de licitação e adoção de chamamento público para alienação de imóveis inservíveis.
  - (D) ilegal, pois a alienação de bens imóveis de pessoas jurídicas de direito público somente pode se dar mediante concorrência pública, independentemente da forma de aquisição.
  - (E) legal, considerando se tratar de bens não afetados ao serviço público, os quais podem ser livremente alienados, desde que observado o preço mínimo de avaliação e a isonomia entre os potenciais interessados.
- 
34. Cada vez mais a Administração pública vem sendo instada a atuar de forma eficiente, eficaz e efetiva, com foco no cliente cidadão. Nem sempre, contudo, atinge simultaneamente esses objetivos. Por exemplo, quando consegue usar racionalmente os recursos colocados à sua disposição e, ao mesmo tempo, cumprir determinado objetivo fixado, mas não atende, plenamente, às expectativas do cidadão em relação à ação governamental correspondente, pode-se dizer que a atuação administrativa
- (A) foi apenas eficiente, porém não se mostrou eficaz, pois não atingiu seu objetivo final.
  - (B) pautou-se pela efetividade, descurando, contudo, da eficácia, que é a vinculação com as expectativas da sociedade.
  - (C) mostrou-se eficiente, pelo uso racional dos recursos e eficaz, pelo atingimento do objetivo fixado, porém não foi alcançada a efetividade.
  - (D) foi efetiva, porquanto materializou um resultado mensurável, carecendo, contudo, de eficiência e eficácia.
  - (E) não atendeu a nenhum desses preceitos, posto que o cliente cidadão restou desatendido em suas expectativas.
- 
35. Os conceitos de governança e de *accountability*, quando aplicados às organizações públicas, dizem respeito, entre outros aspectos, respectivamente,
- (A) capacidade de implementar políticas públicas e responsabilização dos agentes públicos.
  - (B) organograma representativo do conjunto de instituições que governam e indicadores de desempenho fiscal.
  - (C) índices de aprovação popular ou social e prestação de contas ao cidadão.
  - (D) poder formal, outorgado com base na legislação e poder efetivo, decorrente da legitimidade junto à sociedade.
  - (E) sistema de freios e contrapesos entre os diferentes Poderes e gestão por resultados.
- 
36. O conceito de gestão fiscal responsável não se resume à aplicação e controle dos recursos públicos no curso da execução orçamentária, mas também à utilização de mecanismos de prevenção e mitigação dos efeitos de eventos futuros que, caso se materializem, podem comprometer seriamente o equilíbrio fiscal do ente. Nessa vertente, destaca-se
- (A) o anexo de metas fiscais, que deve compor o Plano Plurianual, prevendo as medidas de consecução de receita extraordinária caso não alcançada a previsão de arrecadação.
  - (B) o anexo de riscos fiscais, que deve compor a Lei de Diretrizes Orçamentárias, avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
  - (C) o plano plurianual, que deve fixar o limite de contingência, utilizado quando as despesas correntes, incluindo pessoal e custeio, superarem as estimativas de receita.
  - (D) o plano estratégico de contingenciamento que compõe a Lei Orçamentária Anual, limitando as despesas de investimento e custeio quando ocorra frustração das receitas ordinárias.
  - (E) a limitação automática de empenho prevista em anexo específico do Plano Plurianual, aplicada quando a receita corrente líquida apresentar queda de mais de 10% em relação às estimativas constantes na Lei Orçamentária Anual.
- 
37. Suponha que o Chefe do Executivo do Estado do Amazonas tenha encaminhado à Assembleia Legislativa projeto da lei orçamentária relativa ao exercício de 2018 e que o mesmo contenha, entre as dotações consignadas, uma de caráter global destinada a suportar possíveis majorações de custos em contratos de infraestrutura em curso. Considerando os preceitos constitucionais e legais que regem o orçamento público, bem como os princípios que o informam, tal circunstância afigura-se
- (A) adequada, eis que se alinha com o princípio do equilíbrio, na medida em que objetiva evitar déficit corrente.
  - (B) inadequada, pois afronta o princípio da discriminação ou especialização, que veda o estabelecimento de dotações inespecíficas.
  - (C) inadequada, pois viola o princípio da anualidade ao inserir despesa cujo fato gerador pertence a outro exercício.
  - (D) adequada, pois respeita o princípio da unicidade, o qual determina que para cada despesa deve haver uma fonte de receita, ainda que genérica.
  - (E) inadequada, pois afronta o princípio da anterioridade, segundo o qual as receitas só podem estar vinculadas a despesas já materializadas juridicamente.



38. A evolução do modelo de Administração pública ocorrida no Brasil a partir dos anos de 1930, passou pela superação do modelo patrimonialista, a partir da implementação do modelo burocrático, este que, entre as modificações implementadas,
- (A) adotou um sistema de descentralização e horizontalização das relações de subordinação.
  - (B) superou a rigidez formal do modelo anterior, com flexibilização das estruturas de competências e atribuições funcionais.
  - (C) buscou a superação do clientelismo e a adoção de critérios de meritocracia e profissionalização dos servidores.
  - (D) substituiu o critério de controle apriorístico por controle dos resultados almejados.
  - (E) superou a rigidez do modelo anterior, com a introdução de maior mobilidade funcional e outras formas de ingresso dos servidores.
- 
39. A atuação da Administração pública é informada por princípios, muitos com previsão explícita na Constituição Federal, inerentes ao regime publicístico a que se encontra jungida. Nas situações concretas, esses princípios, muitas vezes, se interpenetram e precisam ser cotejados e harmonizados. Nesse diapasão, tem-se que
- (A) o princípio da segurança jurídica impede que novas leis atinjam atos jurídicos aperfeiçoados com base na legislação precedente, sem que isso importe afronta ao princípio da legalidade.
  - (B) a supremacia do interesse público, pela sua maior relevância, pode sempre ser invocada para afastar o princípio da transparência.
  - (C) a economicidade se sobrepõe ao princípio da legalidade, na medida em que é um princípio finalístico.
  - (D) a moralidade, embora detenha o *status* de princípio constitucional, não comporta aplicação autônoma, só podendo ser invocada em conjunto com a legalidade.
  - (E) a razoabilidade autoriza a Administração a afastar o princípio da legalidade, vedando a imposição de restrições a direitos individuais.
- 
40. As entidades integrantes da Administração pública possuem diferentes características e contornos jurídicos, muitos atrelados à própria finalidade por elas desempenhada e ao objeto cometido a cada uma. Nesse sentido, as
- (A) fundações possuem necessariamente personalidade de direito público, não se submetendo às regras do Código Civil.
  - (B) autarquias podem ser constituídas com personalidade de direito público ou privado, a depender da atividade desempenhada.
  - (C) sociedades de economia mista, mesmo quando atuam em regime de competição no mercado, integram a Administração indireta.
  - (D) empresas públicas se submetem integralmente ao regime jurídico de direito público, seja na atividade meio ou na atividade fim.
  - (E) organizações sociais, quando vinculadas ao poder público mediante contrato de gestão passam a integrar a Administração indireta.
- 
41. Suely, diretora de uma escola da rede pública, autorizou que o zelador daquela unidade ocupasse, para fins de moradia, uma edícula existente no terreno, formalizando a autorização mediante outorga de permissão de uso. Justificou o ato praticado, pelo interesse público na permanência do zelador nas dependências do estabelecimento de ensino no período noturno, o que contribuiria para a segurança patrimonial, haja vista o registro de diversos furtos de material. Contudo, passados alguns meses, a Diretora foi informada de que seria realizada uma reforma na escola e que a edícula deveria estar desocupada para estocar os materiais necessários e servir de refeitório e vestiário para os trabalhadores contratados. Diante da superveniência de tal circunstância, o ato administrativo praticado por Suely, consistente na permissão de uso ao zelador,
- (A) deve ser anulado, administrativa ou judicialmente, por desvio de finalidade, que restou evidenciado pela circunstância subsequente.
  - (B) deve ser anulado, pela própria diretora ou superior hierárquico, em face da superveniência de razões de interesse público.
  - (C) somente pode ser desfeito pelo Poder Judiciário, haja vista que gerou direito subjetivo ao destinatário.
  - (D) é passível de revogação, na esfera administrativa ou judicial, com base na supremacia do interesse público sobre o particular.
  - (E) é passível de revogação, pela própria Administração, pelas razões de conveniência e oportunidade fundadas no interesse público.
- 
42. O Estado do Amazonas pretende construir duas novas escolas de ensino técnico, sendo que o orçamento vigente contempla os recursos necessários para fazer frente às obras e aquisição dos equipamentos necessários ao funcionamento de ambas. Considerando os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), para prosseguir com a construção dos referidos estabelecimentos, que demandará, para sua concretização, ao menos 2 anos, o Estado
- (A) está obrigado a demonstrar o cumprimento do limite com despesas de pessoal, estando impedido de prosseguir com as obras caso tenha atingido o limite prudencial.
  - (B) está dispensado da observância das regras para geração de despesa de capital, haja vista se tratar de investimento coberto com recursos destinados à Educação, nos termos da Constituição Federal.
  - (C) não se sujeita a nenhum requisito adicional, além da já demonstrada existência de dotação orçamentária, salvo se estiver no último ano do mandato do Chefe do Executivo.
  - (D) deverá, também, demonstrar a inserção da referida ação governamental no Plano Plurianual, além de cumprir os requisitos para geração de despesa de caráter continuado.
  - (E) necessita, apenas, demonstrar a inserção das escolas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, como um das ações governamentais estratégicas.



43. O Estado do Amazonas pretende aderir ao programa de recuperação fiscal implementado no âmbito federal, para alongamento da dívida dos Estados junto à União, com estabelecimento de taxas de juros mais favoráveis e prazo de carência para o pagamento das parcelas assim recalculadas. Contudo, foi imposta exigência de oferecimento de garantia de pagamento incidente sobre o produto da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. De acordo com as disposições constitucionais aplicáveis e com os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, tal exigência é
- (A) inconstitucional, eis que a Constituição veda a vinculação de produto de imposto, salvo para fundos de despesa ou ações governamentais nas áreas de saúde e educação.
  - (B) constitucional, pois inexistente vedação de vinculação de receita própria consistente em produto de imposto de titularidade do ente para fins de concessão de garantia à União.
  - (C) constitucional, porém desconforme com o regramento estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, eis que tal diploma determina a prioridade de garantias incidentes sobre percentual da receita corrente líquida.
  - (D) inconstitucional, pois o refinanciamento de dívidas de outros entes federados perante à União prescinde do oferecimento de garantias ou contragarantias.
  - (E) constitucional, eis que a vedação a vinculação de produto de imposto não se aplica ao oferecimento de garantias em operações de créditos junto à quaisquer credores.
- 
44. Determinada construtora contratada pela Administração para a construção de uma ponte pênsil, tem, no curso da execução da obra contratada, empregado materiais abaixo das especificações técnicas previstas no edital e no contrato. Tal conduta, identificada pelo gestor do contrato, ensejou dúvidas sobre a segurança da estrutura da ponte, tendo havido recomendação por parte de empresa certificadora, da demolição da construção já efetuada. Considerando as disposições aplicáveis da Lei nº 8.666/1993, a construtora
- (A) terá o contrato com a Administração rescindido, sendo apenada apenas com a perda dos valores pelos serviços executados.
  - (B) poderá, dada a gravidade da conduta e os prejuízos causados à Administração, ser declarada inidônea para participar de licitações e contratar com a Administração, cabível a reabilitação, após 2 anos, e condicionada ao ressarcimento dos prejuízos causados à Administração.
  - (C) ficará impedida de participar de licitações e de celebrar contratos com a Administração, pelo prazo máximo de 5 anos, além de perder a garantia de execução do contrato no limite do valor das multas aplicadas.
  - (D) sujeita-se apenas à rescisão do contrato e aplicação das multas nele previstas, não sendo cabíveis medidas restritivas em relação a outros certames ou contratos, eis que não verificada fraude.
  - (E) poderá, em razão dos prejuízos causados à Administração e verificada conduta dolosa, sujeitar-se à cassação da licença de funcionamento, ficando impedida de celebrar contratos públicos e privados.
- 
45. Considere as seguintes afirmações a respeito das redes organizacionais:
- I. do ponto de vista de gestão, as redes utilizam o modelo vertical, sem prescindir do controle hierárquico.
  - II. do ponto de vista da estrutura, as redes são abertas e policêntricas.
  - III. do ponto de vista da abrangência, pode-se apontar a *network* como a forma mais restrita das redes organizacionais.
- Está correto o que consta, APENAS, em
- (A) I e III.
  - (B) I e II.
  - (C) II e III.
  - (D) III.
  - (E) II.
- 
46. O Estado do Amazonas pretende construir um centro de convenções com características arquitetônicas específicas, de modo a se integrar com os demais edifícios existentes na região. Pretende, também, que o referido edifício seja um marco do ponto de vista urbanístico, razão pela qual deseja que o projeto seja executado por arquiteto consagrado. De acordo com as disposições aplicáveis da Lei nº 8.666/1993, o Estado
- (A) poderá contratar, com inexigibilidade de licitação, arquiteto de reputação consagrada, desde que o custo do projeto não ultrapasse R\$ 150.000,00.
  - (B) não tem meios, para, de antemão assegurar tal escopo, eis que a modalidade licitatória aplicável é, obrigatoriamente, a concorrência pública.
  - (C) não conseguirá atingir tal objetivo mediante licitação, a qual, em tal situação, afigura-se dispensada.
  - (D) poderá atingir tal escopo mediante procedimento licitatório na modalidade concurso.
  - (E) poderá realizar chamamento público para seleção do arquiteto a ser contratado, afastando, justificadamente, o procedimento licitatório.



47. Planejamento estratégico consiste em uma das atividades de maior relevância no âmbito das organizações contemporâneas e, conforme apontado pela literatura,
- (A) considera não só os aspectos internos da organização, mas também o ambiente externo no qual está inserida, exigindo uma visão global e sistêmica.
  - (B) corresponde à determinação de cursos de ação e engloba decisões com base em objetivos estritamente financeiros, baseadas em estimativa de mercado.
  - (C) diz respeito a decisões a serem tomadas no futuro, sendo, portanto, uma atividade reativa e prospectiva.
  - (D) equivale ao planejamento operacional das metas de médio prazo e dos meios disponíveis para alcançá-las.
  - (E) estabelece apenas indicadores para um horizonte mais próximo e de caráter mensurável no curto prazo.
- 
48. Determinada sociedade de economia mista pretende modernizar seus processos de trabalho, utilizando, conforme sugerido pelos consultores contratados, ferramentas e metodologias consagradas para gestão/gerenciamento de processos, entre as quais se insere,
- (A) COBIT, que é um guia de melhores práticas para a gestão de processos, extraídas de organizações de referência.
  - (B) CPM, que identifica as etapas críticas dos processos de trabalho, propondo novos desenhos mais eficientes.
  - (C) PERT, que avalia a efetividade dos processos instalados em relação aos produtos obtidos, propondo correções.
  - (D) BPM, que é uma evolução em relação ao *workflow*, acrescentando a tecnologia de informação de sistemas.
  - (E) Diagrama de Pareto, que consiste na representação gráfica de todas as etapas do processo e das tarefas cometidas a cada colaborador.
- 
49. Considere que determinado órgão administrativo, encarregado da fiscalização das condições de segurança de estabelecimentos comerciais, tenha identificado danos na estrutura de edifício onde funciona um grande *shopping center*. Diante de tal circunstância, interditou o local, proibindo o acesso ao público. Entre os atributos do ato administrativo, o que autoriza a referida interdição, independentemente de decisão judicial, é
- (A) Motivação.
  - (B) Discricionariedade.
  - (C) Executoriedade.
  - (D) Tipicidade.
  - (E) Legitimidade.
- 
50. Objetivando a contratação de serviços de suporte de informática, determinada empresa pública instaurou procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico. Entre as condições fixadas no certame, exigiu dos licitantes a comprovação de experiência anterior no desempenho de objeto similar, mediante a apresentação de atestados, bem como garantia de proposta. O procedimento adotado previu, ainda, a análise dos documentos de habilitação apenas após encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas de preço.
- Considerando as disposições legais aplicáveis à espécie, a conduta da Administração afigura-se
- (A) ilegal, no que concerne à exigência de garantia de proposta, que é vedada quando adotada a modalidade pregão.
  - (B) ilegal, quanto à modalidade adotada, eis que o pregão não se aplica para contratação de serviços, ainda que de natureza comum.
  - (C) legal, eis que tanto a modalidade, como os requisitos estabelecidos estão aderentes à legislação aplicável.
  - (D) ilegal, no que tange à exigência de atestados de qualificação técnica, o que não se coaduna com a natureza comum do serviço.
  - (E) ilegal, no que diz respeito à inversão das fases de apresentação de proposta econômica e habilitação.
- 
51. Carlos, responsável pela área de recursos humanos de determinada entidade da Administração pública, foi encarregado de efetuar avaliação de desempenho dos servidores da referida organização, para fins de atribuição de bonificação por resultados, utilizando, para tanto, indicadores estabelecidos previamente no ato normativo que instituiu a referida parcela remuneratória. Ocorre que, pela falta de experiência e comprometimento de Carlos, o resultado das avaliações apresentou diversos vícios. Entre os vícios identificados, encontra-se o efeito halo, que se apresenta na seguinte situação:
- (A) Por não ter atentado para o histórico de atuação dos funcionários, Carlos limitou-se a considerar, para fins de avaliação, apenas os eventos mais recentes, não obstante o período avaliatório corresponder ao último biênio.
  - (B) Tendo em vista que Carlos não pretendia se indispor com os integrantes de sua equipe, esquivou-se de atribuir resultado insatisfatório mesmo para aqueles em que, a rigor, a aplicação correta dos critérios estabelecidos determinariam tal atribuição.
  - (C) Como Carlos ostentava grande antipatia por determinados servidores, aplicou, para estes, critérios subjetivos nitidamente mais rigorosos do que o utilizado para os demais.
  - (D) Tendo considerado a avaliação de pouca relevância ou utilidade prática para a melhoria do serviço, Carlos limitou-se a atribuir a pontuação média para todos os avaliados, sem qualquer crivo individualizado.
  - (E) Considerando que determinados avaliados apresentavam avaliação bastante negativa no quesito assiduidade, Carlos acabou aplicando o mesmo resultado "Péssimo" para os demais aspectos avaliados, generalizando o resultado negativo.



52. Uma sociedade de economia mista, cujo objeto social é o desenvolvimento de sistemas e programas de informática, foi instada, com base na Lei de Acesso à Informação, a informar os custos incorridos com contratação de consultoria especializada para modernização de seus processos de trabalho, bem como a fornecer os pareceres jurídicos que deram suporte à referida contratação. Considerando o que dispõe a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), referida entidade
- (A) poderá condicionar a disponibilização das informações ao prévio esclarecimento e comprovação dos motivos do requerente, vedada a cobrança de taxas ou emolumentos, salvo para extração de cópias.
  - (B) não está adstrita, em função do seu regime jurídico, aos ditames da Lei de Acesso à Informação, podendo negar atendimento à solicitação salvo em relação a repasses recebidos do Poder Público.
  - (C) se comprovar que atua em regime de competição no mercado, está dispensada da disponibilização das informações requeridas, constituindo hipótese de segurança institucional.
  - (D) deverá disponibilizar os dados e documentos requeridos, inclusive os pareceres, eis que o sigilo constitui exceção, somente sendo admissível nas hipóteses legais de classificação da informação como secreta, ultrassecreta ou reservada.
  - (E) somente estará adstrita à disponibilização dos documentos de publicação obrigatória, não sendo facultado acesso ao público em geral a documentos internos como estudos e pareceres.
- 
53. Considere que determinado órgão da Administração do Estado do Amazonas tenha firmado um contrato de prestação de serviços de limpeza, precedido do necessário procedimento licitatório, e, próximo do termo final, tenha decidido prorrogar o contrato por mais um ano. Considerando os procedimentos e condições estabelecidos na Lei nº 8.666/1993, caso a prorrogação se efetive,
- (A) dependerá de instauração de procedimento de dispensa, precedido de pesquisa de preço no mercado, não necessitando de publicação.
  - (B) deverá se dar por escrito, mediante termo aditivo, cujo extrato deverá ser publicado na imprensa oficial até o vigésimo quarto dia da data em que for firmado.
  - (C) pode se dar por ato da autoridade, mediante simples despacho, independentemente de termo ou publicação, se assim previsto no contrato original.
  - (D) demanda a publicação da correspondente justificativa pela autoridade competente, após a homologação do necessário procedimento de inexigibilidade de licitação.
  - (E) somente demandará formalização por instrumento próprio se o valor do somatório dos pagamentos que ocorrerão no prazo de prorrogação for superior a R\$ 80.000,00.
- 
54. A Secretaria Estadual de Saúde instaurou procedimento licitatório para adquirir alguns equipamentos destinados à modernização do setor de ortopedia de hospital localizado na região metropolitana. Subsequentemente, sobreveio epidemia de doença infecto-contagiosa na mesma região, demandando a finalização urgente de unidade hospitalar destinada ao atendimento correspondente, com aquisição dos equipamentos necessários. Diante de tal situação, considerando que os recursos orçamentários disponíveis são suficientes para apenas uma das aquisições, a Secretaria
- (A) pode alterar o objeto da licitação em curso, de molde a prever a aquisição dos equipamentos para a unidade infecto-contagiosa.
  - (B) poderá anular o procedimento licitatório em curso, independentemente da existência de vício formal, com base na autotutela.
  - (C) poderá revogar a licitação em curso, independentemente da fase em que se encontre, não ensejando indenização aos participantes do certame.
  - (D) somente pode sustar o procedimento licitatório em curso se ainda não recebidas as propostas dos licitantes, caso contrário deverá indenizá-los pelos custos efetivamente incorridos.
  - (E) está obrigada a prosseguir e instaurar, paralelamente, outro certame para o objeto pretendido, optando pela adjudicação de um dos objetos após recebidas as propostas, mediante despacho fundamentado.
- 
55. A literatura define estoque como a acumulação armazenada de materiais em um sistema de transformação. Em uma organização do setor público, corresponde ao somatório de materiais que permanecem reservados para uso oportuno. Os estoques devem sempre ser corretamente dimensionados, eis que sua manutenção é onerosa, importando, entre outros custos, os
- (A) independentes do nível de estoque médio, tal como os custos de pedido.
  - (B) inversamente proporcionais ao seu nível médio, tal como o custo de depreciação.
  - (C) diretamente proporcionais ao seu nível médio, tal como o custo de perdas.
  - (D) de oportunidade, que se relacionam com o valor financeiro dos itens.
  - (E) de predileção, relacionados com aspectos psicológicos e culturais inerentes ao gerenciamento.



56. No que concerne ao controle e gerenciamento de estoques, existem alguns indicadores ordinariamente utilizados, entre os quais aquele hábil para aferir o percentual de requisições dos setores da organização em relação ao total de requisições, denominado
- (A) nível de serviço.
  - (B) giro de estoque.
  - (C) índice de cobertura.
  - (D) ponto de intersecção.
  - (E) curva de kanban.
- 
57. De acordo com a legislação de regência, a modalidade licitatória pregão eletrônico NÃO é passível de aplicação para
- (A) aquisição de bens de natureza comum em valor superior a R\$ 150.000,00 sendo obrigatória a modalidade concorrência.
  - (B) contratação de serviços de natureza comum, eis que o pregão destina-se apenas a compras.
  - (C) aquisição de equipamentos de informática, mesmo quando passíveis de especificação.
  - (D) aquisição de bens de uso contínuo, quando viável adoção do sistema de registro de preços.
  - (E) alienação de bens, mesmo que inservíveis ou de pequeno valor.
- 
58. Pedro, diretor da área responsável pelo controle interno da Administração direta e autárquica de determinado Estado, teve conhecimento, em auditoria realizada em entidade autárquica da área de apoio à pesquisa universitária, de desvios de recursos públicos praticados por gestores responsáveis por indicar projetos contemplados com verbas de programa gerenciado naquele âmbito. Considerando o escopo da atividade de controle interno e as disposições constitucionais que disciplinam o tema, Pedro
- (A) deverá dar ciência da irregularidade ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.
  - (B) está obrigado a oficiar imediatamente o Ministério Público Estadual, para ajuizamento de ação de improbidade.
  - (C) deverá finalizar o relatório de auditoria e, apenas na hipótese de constatar enriquecimento ilícito de agente público, encaminhar os autos ao Tribunal de Contas do Estado.
  - (D) deverá oficiar, simultaneamente, o Tribunal de Contas do Estado e o órgão competente do Ministério Público, suspendendo o procedimento de apuração no âmbito da auditoria interna.
  - (E) somente estará obrigado a informar o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado, se constatar a prática de crime contra a Administração.
- 
59. Determinada Secretaria de Estado instaurou procedimento licitatório para a contratação de obras de grande vulto. Publicado o edital da concorrência pública, um potencial interessado em participar do certame apresentou impugnação perante o Tribunal de Contas do Estado, sustentando que as condições de qualificação técnica fixadas não seriam aderentes ao objeto licitado, apresentando-se restritivas e deliberadamente direcionadas para viabilizar a participação de determinado grupo de empreiteiras. Considerando as disposições constitucionais que disciplinam a atuação dos Tribunais de Contas e as disposições da Lei nº 8.666/1993 a respeito do papel de tal órgão no controle das despesas públicas decorrentes de contratos administrativos e con-gêneres, a impugnação apresentada
- (A) não poderá ser processada, eis que invade competência própria e restrita aos órgãos de controle interno, cabendo ao Tribunal de Contas efetuar o correspondente encaminhamento.
  - (B) é juridicamente inviável, eis que o controle externo a cargo do Tribunal de Contas somente alcança contratos já firmados, no que concerne à sua execução.
  - (C) é descabida, eis que ao Tribunal de Contas não é atribuído o controle preventivo de legalidade, que fica a cargo dos órgãos jurídicos da Administração.
  - (D) é juridicamente cabível, podendo o Tribunal de Contas sustar a licitação, solicitando informações à Administração e somente autorizando o prosseguimento após sanadas irregularidades eventualmente constatadas.
  - (E) somente será processada se houver procedimento em curso no âmbito do Tribunal de Contas para exame, *ex officio*, do edital impugnado, descabendo o processamento autônomo de impugnação de terceiros interessados.
- 
60. Considere que o Estado do Amazonas tenha decidido criar, por lei específica, uma autarquia, atribuindo a ela o serviço público de transporte intermunicipal. A situação narrada constitui exemplo de
- (A) delegação política, condicionada aos termos da autorização do Poder Legislativo, que, em tal aspecto, se sobrepõe à vontade do Poder Executivo.
  - (B) descentralização política, com transferência, nos termos da lei editada, do serviço público antes titulado pelo Estado, dotando o novo ente de autonomia.
  - (C) desconcentração administrativa, baseada no princípio da especialização, mantendo o ente central a titularidade do serviço e transferindo ao novo ente apenas a sua execução.
  - (D) descentralização administrativa, com transferência da titularidade do serviço ao novo ente, dotado de auto-administração.
  - (E) descentralização por colaboração, sendo os limites e condições para o exercício do serviço delegado estabelecida em contrato de concessão firmado entre o Estado e a autarquia.



## DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

### Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 9: 9.4 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 10 (dez) linhas e máximo de 20 (vinte) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova. 9.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Estudo de Caso a que se refere este Capítulo, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 9.6 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: a) for assinada fora do local apropriado; b) apresentar, no Caderno de Resposta Definitiva, qualquer tipo de sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato (por exemplo: assinatura, traços, desenhos, rabiscos, etc); c) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; d) for escrita a lápis, em parte ou na totalidade; e) estiver em branco; f) apresentar abordagem insuficiente ou incorreta do conteúdo solicitado; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou à questão prática proposta; i) deixar de atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 9.7 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. 9.8 A Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório. A questão será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

### QUESTÃO 1

Considere que Patrícia, Analista Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, após aprovação no correspondente concurso público, tenha sido designada para desempenhar atividades de controle de materiais e suprimentos, incluindo as providências de compras, gestão e reposição de estoques, envolvendo aspectos administrativos, legais e orçamentários próprios de tal atuação. A primeira situação com a qual se defrontou foi a dificuldade de atender, com a prontidão necessária ao bom desempenho do serviço, as solicitações dos Defensores e demais funcionários de substituição de cartuchos de tinta das impressoras. O servidor anteriormente encarregado da área de suprimentos, que acabara de se aposentar, reportou à Patrícia que tal ineficiência decorreria dos seguintes fatores: i) demora na instauração e conclusão dos procedimentos licitatórios para aquisição do material, que eram realizados na modalidade convite; ii) falta de gestão dos estoques relativos àquele item, que ora eram excessivos, ora estavam "zerados"; iii) inexistência ou insuficiência de dotações orçamentárias para fazer frente às aquisições no curso do exercício; e iv) falta de padronização do material adquirido. Diante de tal cenário e considerando as disposições constitucionais e legais aplicáveis, bem como as ferramentas e metodologias disponíveis, responda, justificadamente às seguintes indagações:

- Afigura-se viável a adoção de outra solução para aquisição do item mencionado, com base na lei de licitações e normatização correlata, que se mostre mais eficiente para evitar ou mitigar os atrasos e descontinuidade do fornecimento. Em caso positivo, descreva e fundamente. Em caso negativo, aponte as razões para a inviabilidade e fundamente.
- Indique e descreva os métodos/conceitos/ferramentas/indicadores dos quais Patrícia poderá se valer para assegurar que o nível dos estoques do referido item esteja aderente e adequado à demanda do órgão.
- Aponte as consequências e eventuais providências que poderão ser adotadas, do ponto de vista orçamentário, caso as dotações consignadas sejam insuficientes para fazer frente às aquisições que se mostrem necessárias no exercício em curso, considerando que Patrícia assumiu o setor no mês de fevereiro.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	



17	
18	
19	
20	

RASCUNHO

NÃO EScreva NESTE Espaço